



TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

**Desigualdade de gênero:
análise adicional**

(Análise adicional ao Texto para Discussão, n. 383)

Rodolfo Hoffmann

Julho 2020



UNICAMP

ie Instituto de
economia

Desigualdade de gênero: análise adicional

Rodolfo Hoffmann¹

Este texto se destina a apresentar algumas análises complementares ao interessante trabalho de Cotrim et al. (TD 383 do IE/Unicamp, jun. 2020. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD383.pdf>).

Consideramos relevante assinalar que a comparação entre rendimentos médios de mulheres e homens ocupados no Brasil, nas últimas décadas, subestima a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, pois a escolaridade média das mulheres ocupadas é substancialmente maior do que a dos homens ocupados². O efeito de ser mulher sobre o rendimento do trabalho é mais bem captado por meio de uma análise de regressão múltipla, controlando os efeitos da escolaridade e de outros fatores³.

Para obter os resultados apresentados na Tabela 1 e nas Figuras 1 e 2, utilizamos os dados da PNAD tradicional de 1992 a 2015 para o Brasil, exclusive a área rural da antiga região Norte (que não era abrangida pela pesquisa antes de 2004) e os dados anuais da PNAD Contínua (Primeira entrevista) de 2012 a 2019, abrangendo todo o Brasil. Nos dois casos, consideramos as pessoas ocupadas com rendimento de todos os trabalhos não nulo. No caso da PNAD Contínua, utilizamos o rendimento habitual de todos os trabalhos. Todos os cálculos foram feitos levando em consideração o fator de expansão de cada observação da amostra, fornecido pelo IBGE. Enquanto na PNAD tradicional são consideradas pessoas ocupadas com 10 ou mais anos de idade, a PNAD Contínua se limita a pessoas ocupadas com idade igual ou superior a 14 anos.

Para os dados analisados referentes a pessoas ocupadas em 2019, o rendimento médio do trabalho de homens é R\$ 2.612,00 e o de mulheres é R\$ 2.101,63 (em reais do quarto trimestre, usando o INPC como deflator). A idade média é um pouco mais baixa para as mulheres (39,3 contra 40,1 anos). A escolaridade média é substancialmente maior para as mulheres (12,33 anos) do que para os homens (10,58 anos). Há, também, diferença no tempo semanal médio de trabalho: 42,8 horas para homens e 39,2 horas para mulheres.

Na equação de rendimentos ajustada em cada ano aos dados da PNAD Contínua, a variável dependente é o logaritmo neperiano do rendimento mensal habitual de todos os trabalhos (variável VD4019) e as variáveis explanatórias são listadas a seguir⁴.

- 01 – MULHER: Variável binária com valor 1 para mulheres e 0 para homens.
- 02 – IDADE: Idade da pessoa em décadas.
- 03 – IDADE2: O quadrado de IDADE.

(1) Professor Sênior da Esalq-USP e docente aposentado do Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: hoffmannr@usp.br.

(2) Ver, por exemplo, Hoffmann (2019b).

(3) A tese de Vaz (2010) sobre as diferenças salariais entre os gêneros no setor público no Brasil discute vários métodos de medir e analisar essas diferenças.

(4) O modelo de equação de rendimento é semelhante ao usado em Hoffmann (2019a).

04 – ESC: Escolaridade, variando de 0 a 15 e atribuindo-se valor 18 para pessoas com 16 anos ou mais de escolaridade.

05 – $Z(ESC - 11)$, com $Z = 0$ se $ESC \leq 11$ e $Z = 1$ se $ESC > 11$. Esta variável capta o aumento da taxa de retorno da escolaridade a partir dos 11 anos de escolaridade, que corresponde a completar o segundo ano do ensino médio, pois na PNAD Contínua a escolaridade considera 9 anos de ensino fundamental. Se o coeficiente desta variável for β_2 e o coeficiente da variável anterior for β_1 , a taxa de retorno por ano de escolaridade acima dos 11 anos é $100[\exp(\beta_1 + \beta_2) - 1]$.

06 – LHTR: O logaritmo neperiano do número de horas de trabalho em todas as ocupações por semana. O coeficiente dessa variável é a elasticidade do rendimento em relação ao tempo de trabalho.

07 – REGIÃO: Cinco variáveis binárias para distinguir 6 regiões: Norte, Nordeste (adotado como base), o conjunto dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro (MG+ES+RJ), o estado de São Paulo (SP), Sul e Centro-Oeste.

08 – RURAL: Variável binária com valor 1 se o domicílio está em área rural e valor 0 se está em área urbana.

09 – AGRIC: Variável binária com valor 1 se a pessoa está ocupada no setor agrícola.

10 – COR: Três variáveis binárias destinadas a captar o efeito de ser preto, pardo ou amarelo em relação à pessoa ocupada branca. Os indivíduos que se autodeclararam indígenas foram excluídos da análise.

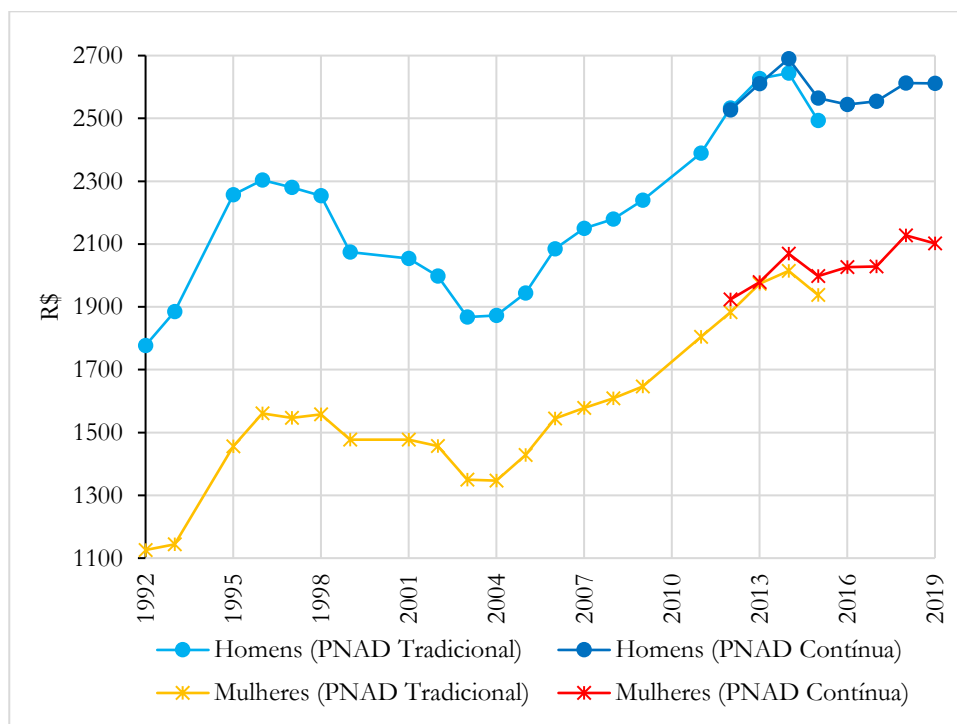
11 – OCUP: Oito variáveis binárias destinadas a captar o efeito de oito categorias de posição na ocupação em comparação com o empregado não público e não doméstico com carteira: empregado não público sem carteira (EMPSC), empregado público com carteira (PUBCC), empregado público sem carteira (PUBSC), empregado público estatutário ou militar (PUBEST), empregado doméstico com carteira (DOMECC), empregado doméstico sem carteira (DOMESC), trabalhador por conta própria ou autônomo (AUT) e empregador (patrão, PATR). A distinção entre essas categorias de posição na ocupação é feita utilizando a variável VD4009 da PNAD Contínua.

A equação de rendimentos ajustada, em cada ano, aos dados da PNAD tradicional é semelhante, mas são distinguidas apenas cinco categorias de posição na ocupação: (a) empregado que não é funcionário público estatutário, militar ou doméstico (base); (b) funcionário público estatutário ou militar; (c) empregado doméstico; (d) trabalhador por conta própria e (e) empregador. Além disso, há diferença na definição da escolaridade, que varia de 0 a 14, atribuindo-se valor 17 para os com 15 ou mais anos de estudo; a variável binária Z , definida no item 5, assume valor 1 para $ESC > 10$. Como na PNAD tradicional se considera um ensino fundamental de oito anos, $ESC = 10$ é a escolaridade de quem completou o segundo ano do ensino médio.

Em todas as equações de rendimento ajustadas, o coeficiente da variável binária MULHER é sempre negativo, indicando em quanto o valor estimado do logaritmo do rendimento de uma mulher fica abaixo do logaritmo do rendimento de um homem, controlando os efeitos da escolaridade e de todas as demais variáveis explanatórias incluídas no modelo de regressão utilizado. Sendo b o coeficiente estimado de MULHER, o efeito percentual de ser mulher sobre o rendimento, controlado o efeito das demais variáveis explanatórias utilizadas, é igual a $100[\exp(b) - 1]$.

A Figura 1 mostra a evolução, de 1992 a 2019, dos rendimentos médios de mulheres e homens ocupados, sempre em reais do quarto trimestre de 2019, utilizando como deflator o INPC. Confirma-se o fenômeno sobejamente conhecido: o rendimento dos homens é substancialmente maior. Uma maneira de medir a desigualdade é calcular em quanto, percentualmente, a média para mulheres fica abaixo da média para homens. O valor dessa medida está nas duas últimas colunas da Tabela 1 e nas linhas de cor amarela e vermelha na Figura 2. Ela passa de $-36,6\%$ em 1992 para $-19,5$ em 2019. Outra maneira de avaliar a diferença desfavorável às mulheres é considerar o *efeito* definido anteriormente, obtido a partir do coeficiente de MULHER na regressão múltipla. Ao estimar esse *efeito* procura-se controlar os efeitos de outros fatores, levando em consideração, por exemplo, o fato de as mulheres ocupadas terem, em média, escolaridade maior que a dos homens ocupados. A evolução desse efeito de 1992 a 2019 pode ser observada na Tabela 1 e na Figura 2 (linhas azuis).

Figura 1
Rendimento médio de todos os trabalhos de mulheres e homens ocupados.
Brasil, 1992 a 2019, em reais do quarto trimestre de 2019



A Figura 2 mostra, claramente, que, no período analisado, a diferença percentual de médias se reduziu mais rapidamente do que o efeito estimado com base na equação de rendimentos. Isso se relaciona ao fato de a diferença entre médias ser cada vez mais “camuflada” pela crescente diferença de escolaridade em favor das mulheres (ver Figuras 3 e 5 em Hoffmann, 2019b).

Figura 2

Efeito percentual de ser mulher sobre o rendimento do trabalho, estimado por meio do ajustamento de equações de rendimento, e diferença percentual do rendimento mensal médio de mulheres em relação ao correspondente rendimento médio de homens, Brasil, 1992 a 2019

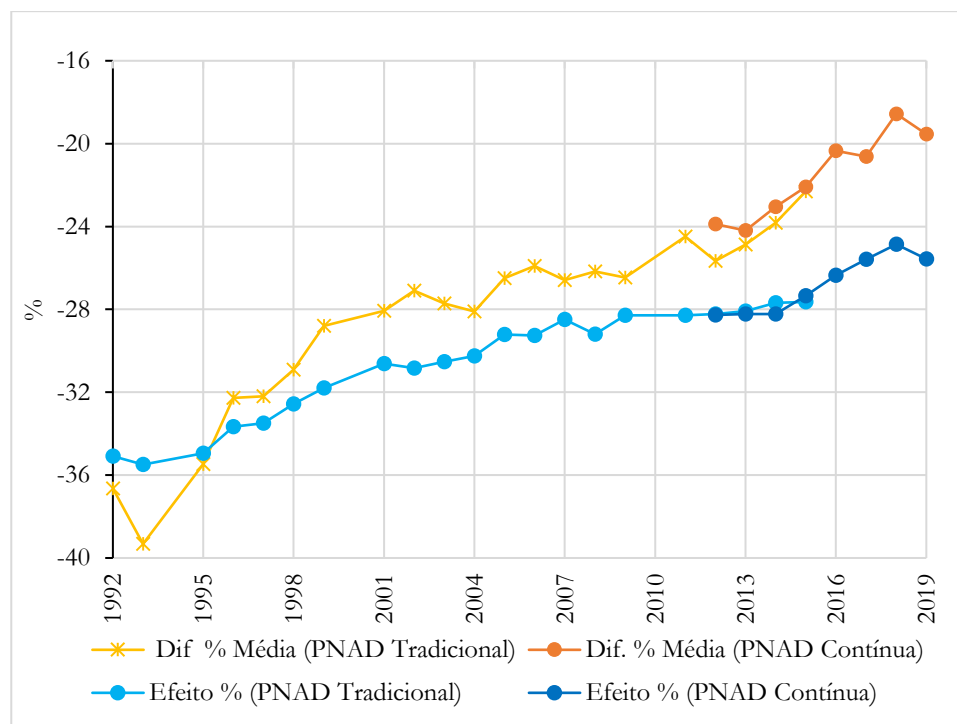


Tabela 1

O efeito percentual de ser mulher sobre o rendimento da pessoa ocupada e a diferença percentual do rendimento médio de mulheres em relação ao rendimento médio de homens, com base na PNAD tradicional para 1992-2015 e com base na PNAD Contínua (PNADC) para 2012-2019

Ano	Efeito (%)		Dif. % entre Médias	
	PNAD Tradicional	PNAD Contínua	PNAD Tradicional	PNAD Contínua
1992	-35,08	-	-36,65	-
1993	-35,49	-	-39,32	-
1995	-34,95	-	-35,47	-
1996	-33,66	-	-32,27	-
1997	-33,50	-	-32,19	-
1998	-32,57	-	-30,91	-
1999	-31,80	-	-28,80	-
2001	-30,62	-	-28,08	-
2002	-30,84	-	-27,10	-
2003	-30,52	-	-27,71	-
2004	-30,25	-	-28,11	-
2005	-29,22	-	-26,50	-
2006	-29,26	-	-25,91	-
2007	-28,49	-	-26,59	-
2008	-29,20	-	-26,17	-

Continua...

Tabela 1 – Continuação

Ano	Efeito (%)		Dif. % entre Médias	
	PNAD Tradicional	PNAD Contínua	PNAD Tradicional	PNAD Contínua
2009	-28,29	-	-26,46	-
2011	-28,28	-	-24,49	-
2012	-28,22	-28,27	-25,66	-23,88
2013	-28,09	-28,23	-24,87	-24,19
2014	-27,69	-28,22	-23,82	-23,05
2015	-27,64	-27,34	-22,30	-22,10
2016	-	-26,35	-	-20,35
2017	-	-25,58	-	-20,62
2018	-	-24,86	-	-18,56
2019	-	-25,56	-	-19,54

Cabe notar, nos resultados apresentados, a coerência entre resultados da PNAD tradicional e da PNAD Contínua, com pequenas diferenças perfeitamente compreensíveis dadas as diferenças metodológicas entre as pesquisas, discutidas em Hoffmann, Jesus e Almeida (2018) e Hoffmann (2020).

É importante assinalar que o trabalho de Cotrim *et al.* (2020) se baseia, em grande parte, nos dados da RAIS, que se referem a emprego formal. Para obter resultados mais comparáveis a partir da PNAD seria necessário limitar a análise a empregados com carteira e funcionários públicos (excluindo trabalhadores por conta própria e empregadores). Mas isso extrapola os objetivos desta nota.

Referências bibliográficas

- COTRIM, L. R.; TEIXEIRA, M. O.; PRONI, M. W. *Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil*. Campinas: Unicamp. IE, jun. 2020. (Texto para Discussão, n. 383).
- HOFFMANN, R. Distribuição do rendimento do trabalho e equações de rendimento nos setores agrícola e não agrícola, no Brasil, de 2012 a 2017. In: CONGRESSO DA SOBER, Ilhéus, Bahia, 21 a 25 de julho de 2019a.
- HOFFMANN, R. Como mulheres e homens contribuem para a desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil. *Economia e Sociedade*, v. 28, n. 3 (67), p. 821-854, set./dez. 2019b.
- HOFFMANN, R. *Distribuição da renda domiciliar per capita no Brasil, 2012 a 2019 e 1995 a 2015*. IEPE/Casa das Garças, maio 2020. (Texto para Discussão, n. 59).
- HOFFMANN, R.; JESUS, J. G.; ALMEIDA, S. S. P. *A distribuição da renda no Brasil conforme a PNAD: 1995-2017*. IEPE/Casa das Garças, ago. 2018. (Texto para Discussão, n. 45). Nova versão de maio/2019 incluindo anexo com resultados para rendimentos habituais.
- VAZ, D. V. *Diferenças salariais entre os gêneros no setor público: evolução e principais determinantes*. Tese (Doutoramento)–Instituto de Economia da Unicamp, 2010.